

Antero Nobre

**Heróis Olhanenses de
1808**

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Olhão / 2008

Heróis olhanenses de 1808

Autor: Antero Nobre

Revisão: Bruno Passos, António Paula Brito, Deodato Pires

Edição de Janeiro de 2008, da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão -, incluída nas actividades de comemoração dos 200 anos da revolta olhanense contra a ocupação napoleónica.

R. Dr. Miguel Bombarda nº 47, 8700-503 Olhão.

apos@olhao.web.pt

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008

1ª Edição - Separata de «A Voz de Olhão»

Composto e Impresso nas oficinas da Empresa Litográfica do Sul, S. A. – Vila Real de Santo António – 10/1988.

Prefácio à actual edição de 2008

Este ano de 2008 comemoram-se 200 anos da revolta olhanense contra as tropas napoleónicas.

Frequentemente o protagonismo de Olhão é esquecido entre os historiadores, atendendo na época ser apenas uma pequena aldeia cuja revolta, por muito que se agigantasse, nunca poderia ter impacto comparável ao que se ia passando no Porto ou noutras grandes cidades do País.

Mas a verdade é que, como o próprio Príncipe Regente o reconheceu no Alvará Régio que nos elevou a Vila, esta revolta foi “o primeiro sinal para se restaurar a Monarquia de que se tinha apoderado o inimigo comum da tranquilidade da Europa”(…)!

E também é verdade que a revolta da aldeia de Olhão, que aqui nos faz lembrar a mítica aldeia do Astérix, na sua pequenez e também na sua valentia, é bem representativa de toda a revolta nacional, quando percebemos que quem se revoltou foi o povo mais anónimo e humilde, que era quem prevalecia em Olhão.

Ora 2008 é um ano importante para recordar estes acontecimentos e valorizarmos o concelho. Trata-se de uma oportunidade de conhecer melhor esta história e uma forma de atrair a atenção para a nossa terra.

Estes acontecimentos põem Olhão entre Portugal, o Brasil e o Mundo, com particular destaque para a França e o Reino Unido. Trata-se por isso da oportunidade ideal para os políticos valorizarem a imagem da terra, se tiverem visão para isso.

Da nossa parte, a APOS tem apenas alguns recursos humanos – boa vontade e capacidade de trabalho – e com eles irá publicando na web vários artigos e documentos que sirvam para um melhor conhecimento desta página da História.

Este livro, da autoria de Antero Nobre, é o primeiro a ser divulgado.

Outros seguirão ao longo do ano de 2008.

Encontramo-nos em 2009.

Olhão, Janeiro de 2008

António Paula Brito

Presidente da

APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão)

Prefácio à edição de 1988

Em Junho de 1808, o povo de Olhão revoltou-se contra as tropas francesas de Junot, dando-lhe combate vitorioso, dentro e fora da sua aldeia, e iniciando assim o movimento insurreccional que levaria à expulsão definitiva dos ocupantes estrangeiros de todo o *Reino do Algarve*. E um mês depois, em Julho, o pequeno caíque olhanense *Bom Sucesso* foi ao Brasil, levar à Corte Portuguesa, ali refugiada, a boa nova da vitória dos povos algarvios sobre os invasores de Portugal.

O que foram aquela temerária revolta do povo olhanense contra as tropas francesas e esta audaciosa travessia do Atlântico numa autêntica casca de noz, já o dissemos, resumindo tudo o que delas hoje se sabe, nos livros *Do Logo do Olham à Vila de Olhão da Restauração* e *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, que publicámos respectivamente em 1959 e 1984, e ainda na conferência que pronunciamos em Junho de 1980, no salão nobre dos Paços do Concelho de Olhão, e o jornal *A Voz de Olhão*, nesse mesmo mês e no seguinte, publicou sob o título de *A Grande Aventura dos Tripulantes do Bom Sucesso*. Mas, embora em todos estes trabalhos tenhamos mencionado os nomes do proprietário e dos tripulantes do caíque, quasi nada dissemos sobre a sua vida, anterior e posterior ao grande acontecimento que os transformou em verdadeiros heróis do povo olhanense; e por outro lado, nos mesmos trabalhos apenas salientámos os nomes dos militares e do sacerdote (Coronel Lopes de Souza, Capitão Martins Mestre e Padre António Malveiro), que assumiram a chefia da revolta e que não eram olhanenses, e nem sequer mencionámos os de alguns *filhos de Olhão* que igualmente se evidenciaram durante os acontecimentos de que a sua terra natal foi então teatro. E se é certo que na longa série de artigos intitulada *Gente Grada da Vila de Olhão e seu Termo*, que publicámos em 1968 e 1969 no jornal *Povo Algarvio*, de Tavira, tentámos pequenos apontamentos biográficos de alguns desses olhanenses, também é certo que tais apontamentos foram muito sucintos e incompletos, principalmente por então nos faltarem ainda elementos, que só investigações e leituras posteriores nos proporcionaram.

É, portanto, para suprir lacunas daqueles nossos trabalhos, e também para satisfazer um pedido que em tal sentido nos foi feito, há tempos, por alguns descendentes desses *Heróis Olhanenses de 1808*, que escrevemos o presente trabalho. E agora o publicamos, com a boa ajuda de *A Voz de Olhão*.

A. N.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

BAPTISTA, Lourenço Martins

Lourenço Martins Baptista foi um olhanense cuja profissão hoje se ignora, mas tudo leva a crer que não era marítimo, e que, em 1808, morava com sua família na Rua Marcos Fernandes, em Olhão. Além disto, só se sabe da sua vida que foi, naquele ano, um dos indivíduos que mais se distinguiram na revolta do povo olhanense contra os franceses.

BORREGO, Domingos do Ó

Mareante ou marítimo natural de Olhão, onde nasceu em 1755, Domingos do Ó Borrego era filho de outro mareante do mesmo nome e da olhanense Maria Lopes; e casou com outra olhanense, também chamada Maria Lopes, mas parece não ter deixado filhos.

Este *filho de Olhão*, que em alguns documentos aparece também designado apenas por Domingos do Ó, notabilizou-se sobretudo por ter feito parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil; mas, antes dessa audaciosa viagem, participou já activamente na insurreição contra os invasores franceses, tendo lugar de destaque na luta contra eles empreendida em Olhão e arredores. Sabe-se, por exemplo e de certeza certa, que era um dos três paisanos que o capitão francês Gaviel encontrou, no dia 19 de Junho de 1808, entre as guardas-avançadas olhanenses, no sítio da Meia-Léguas, e que, pelas suas respostas hábeis, terão convencido aquele oficial de que a tripulação da esquadra inglesa de Gibraltar já desembarcara em Olhão, para auxiliar os insurrectos locais, o que não pouco peso terá tido no êxito do levantamento patriótico do povo olhanense.

Como recompensa da sua intervenção nestes acontecimentos, D. João VI concedeu a Domingos do Ó Borrego a propriedade do ofício de *Tabelião Publico do Judicial e Notas da Vila de Olhão*, com dispensa do exame de habilitação para o cargo (em 19 de Novembro de 1808), concessão mais tarde (em 15 de Junho de 1826) confirmada por D. Pedro IV, que também o autorizou (em 27 de Setembro de 1826) a nomear *pessoa hábil* para o substituir no ofício, pois ao que parece apenas sabia escrever o seu nome. Foi então nomeado seu substituto o também olhanense Francisco José da Costa. Mas, em 1828, sendo Vereador da entretanto criada Câmara Municipal de Olhão, discordou



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

da aclamação de D. Miguel, feita pela mesma Câmara em 30 de Abril, e assinou depois a acta da reunião de 25 de Maio, em que foi anulada aquela aclamação; por isso foi pronunciado, preso e levado para as cadeias de Faro, de onde transitou (em 24 de Outubro de 1828), com outros presos, para o famigerado Forte de S. Julião da Barra, em Lisboa, sendo-lhe depois retirada a propriedade do *ofício* (em 18 de Março de 1829) que passou então para o miguelista Capitão Manuel Luiz. Julgado mais tarde, foi absolvido; mas pretendendo (em 1830) reassumir o cargo, não o conseguiu.

Domingos do Ò Borrego foi, assim, o primeiro Notário Público que existiu em Olhão.

D. João VI também isentou a lancha deste mareante do pagamento dos direitos do pescado (em 27 de Dezembro de 1808), mas quando tais privilégios foram abolidos (em 1824) passou a receber, em sua substituição, uma pensão anual de 100\$000; em 1850 ainda recebia, de pensão anual, 60\$000. Faleceu no ano seguinte (1851), a 26 de Janeiro; e está sepultado na capelinha de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos, na fachada posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Olhão.

CALHAU, José da Fonseca

José da Fonseca Calhau era natural de Olhão, onde residia em 1808, ignorando-se hoje praticamente tudo o que respeita à sua vida, a não ser que, naquele ano, tomou parte activa na revolta contra os franceses, colaborando principalmente na defesa da povoação. Em recompensa da sua actuação naquela emergência, recebeu em 1827 a propriedade do *ofício de Feitor e Recebedor da Portagem* na vila de Olhão.

CATIVO, António Joaquim

António Joaquim Cativo era um marítimo que em 1808 residia em Olhão, na Rua do Rosário, com sua família. Além disto, da sua vida só se sabe que, naquele ano, se evidenciou como um dos olhanenses mais entusiastas e mais decididos na revolta contra os franceses, tendo colaborado activamente na defesa da povoação.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

CHARRÃO, António da Cruz

António da Cruz Charrão foi um dos marítimos olhanenses que se notabilizarem por terem feito parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil.

Desconhecem-se as datas do seu nascimento e do seu falecimento. E da sua vida, praticamente apenas hoje se sabe que D. João VI, em recompensa da sua ida ao Brasil, o nomeou logo *Guardião da Armada*, posto correspondente ao actual Sargento de Manobra, e lhe concedeu mais tarde o ofício de *Partidor do Judicial e Órfãos* da Vila de Olhão, concessão esta confirmada por decreto de Fevereiro de 1827, tendo sido dispensado do exame de habilitação para exercer o cargo, em Março do mesmo ano, e tendo sido também, em Maio seguinte, autorizado a nomear *pessoa hábil* para o substituir naquele *ofício*, pois, ao que parece, não sabia ler nem escrever. Foi então nomeado seu substituto no citado *ofício*, o Escrivão das Almotaçarias da Vila de Olhão, Francisco de Paula Morais.

Em 1850, uma Maria dos Reis Charrão, filha de José Ferragudo e residente em Olhão, que se supõe ser descendente de António da Cruz Charrão, recebia uma pensão anual de 129\$980, que lhe fora concedida em 1825, talvez em atenção àquele seu antepassado.

CHARRÃO, José da Cruz

José da Cruz Charrão, talvez irmão do António da Cruz Charrão acima referido, foi outro dos marítimos olhanenses que se notabilizaram por terem feito parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil. Também pouco se sabe da sua vida, ignorando-se mesmo as datas em que nasceu e morreu, apenas se podendo supor que terá falecido pouco antes de 1831.

D. João VI, em recompensa do feito que o notabilizou, nomeou-o, logo em 1808, *Guardião da Armada*, posto correspondente, como já anteriormente dissemos, ao actual Sargento de Manobra. E ainda naquele ano, o Monarca concedeu-lhe também a propriedade do *ofício de Meirinho do Tabaco* na Vila de Olhão, concessão depois confirmada por alvará de Dezembro de 1824, que lhe atribuiu o vencimento



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

anual de 50\$000, idêntico ao que vencia, em Faro, o Meirinho da Superintendência do Tabaco do Reino do Algarve.

Quando morreu, José da Cruz Charrão exercia a profissão de mestre de fragata. E à sua viúva, Mónica Maria, foi concedida, em Abril de 1831, e confirmada em Junho do mesmo ano, uma pensão anual de 50\$000. Uma sua filha solteira, chamada Ana da Cruz, recebia ainda, em 1850 (tinha então 45 anos de idade), uma pensão anual de 75\$000.

CORREIA, Gaspar Rodrigues

Gaspar Rodrigues Correia, cuja profissão não conseguimos apurar, era capitão de Ordenanças e residia em Olhão, com sua família, na Rua de Soledade. Em 1808 tomou parte activa na revolta contra os franceses, apesar de já então não ser, ao que parece, muito novo. E nada mais se sabe hoje da sua vida.

CRUZ, José da

José da Cruz foi um marítimo olhanense de quem apenas se sabe hoje que era tripulante do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil. E sabe-se isso porque D. João VI, em recompensa da sua participação naquela viagem, nomeou logo José da Cruz *Guardião da Armada* e concedeu-lhe depois, em Dezembro de 1808, a isenção, para a sua lancha, do pagamento dos direitos de pescado. Mais tarde, quando estes direitos foram abolidos, José da Cruz passou a receber uma pensão anual de 100\$000.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

ESPERANÇA, Padre José

Sacerdote natural de Olhão, onde em 1808 residia, na Rua do Padre Machado, com seus familiares, e que se notabilizou pela sua actividade durante a revolta do povo olhanense contra os franceses.

Da vida do Padre José Esperança pouco se conhece hoje. Praticamente, apenas se sabe que em 1808 desempenhava as funções de *Ajudador* do Padre Malveiro, pároco de Nossa Senhora do Rosário de Olhão. E que foi um dos olhanenses que mais se distinguiram na revolta, incitando o povo a pegar em armas e a expulsar os franceses, colaborando depois na organização de barricadas nas entradas e nas ruas de Olhão, e acompanhando por fim as gentes armadas aos pontos onde se deram recontros com o inimigo, para as animar e entusiasmar na luta, com as suas exortações inflamadas de patriotismo.

FREITAS, Brás António de

Brás António de Freitas foi um marítimo, natural de Olhão, onde vivia em 1808, rua da Alagoa, com sua família. Dele apenas hoje se sabe que tomou parte muito activa na revolta olhanense contra os franceses, colaborando especialmente na defesa da povoação.

FREITAS, Padre Lourenço de

O Padre Lourenço José Pereira de Freitas, que era este o seu nome completo, foi um sacerdote que nasceu em Olhão, em dia e mês que se ignoram do ano de 1769, e que morreu em Silves, onde ao tempo era pároco, em 7 de Novembro de 1830. Era filho de Francisco Pereiro Pité, que se supõe também olhanense, mas desconhecem-se outros pormenores sobre a sua família; e nada se sabe igualmente da sua vida anterior à sua profissão na Ordem dos Franciscanos (Província da Piedade), a qual abandonou em 1801, mas sem deixar o sacerdócio.

Depois de se secularizar, o Padre Lourenço de Freitas foi *Ajudador* do Pároco sucessivamente em Alcoutim e Cachopo, depois beneficiado do Cabido na Sé de Faro e, finalmente, Pároco em S. Pedro de Faro e em Silves. E foi também, de 1818 a 1826, sucessivamente Secretário, Sub-Prior e Prior da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, de Faro.

Este olhanense notabilizou-se principalmente por haver tomado parte muito activa na revolta dos habitantes da cidade de Faro contra os franceses, em 1808, no seguimento do levantamento do povo de Olhão e em consequência deste, tendo mesmo pertencido às Guardas Nacionais, que então se organizaram na capital do Algarve; a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Faro, a cuja Mesa o Padre Lourenço de Freitas então já pertencia, tornou-se, por sua iniciativa, no centro de aglutinação e direcção dos patriotas algarvios revoltados, ali se tendo realizado todas as reuniões que levaram à constituição do Governo da Regência do Algarve. Em recompensa de toda esta sua actividade patriótica, D. João VI fez-lhe mercê, em 29 de Outubro de 1816, de uma futura sucessão no primeiro canonicato que vagasse na Sé de Faro, mas não se sabe se chegou a ser nomeado.

O Padre Lourenço de Freitas foi ainda orador notável e é de sua autoria uma interessante *Oração fúnebre recitada na Santa Igreja Catedral de Faro no dia 30 de Janeiro de 1817 nas exéquias do Bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avelar*, a qual foi publicada em Lisboa naquele mesmo ano.

GARROCHO, Manuel Martins

Manuel Martins Garrocho, mareante ou marítimo natural de Olhão, foi o Mestre do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil, em 1808. Nada se conhece da sua vida anterior a esse ano, a não ser que era casado com Teresa Machada e morava na Rua de S. José, na sua terra natal.

D. João VI concedeu-lhe logo o posto de Segundo Tenente da Armada, condecorou-o com o hábito da Ordem Militar de Cristo (que lhe dava direito, ao



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

que parece, à tença de 200\$000 por ano) e nomeou-o *Guarda-Mór de Saúde* do Porto de Olhão, com o ordenado de 144\$000 anuais, cargo este para que, embora soubesse ler e escrever, foi autorizado, em 9 de Setembro de 1824, a nomear *pessoa hábil* que o substituísse. Recebeu igualmente um iate novo para regressar a Portugal com os seus companheiros de viagem, e 6.000 cruzeiros em pagamento do *Bom Sucesso* (que, aliás, não era seu, como em outro lugar diremos), pois o famoso caíque ficou no Rio de Janeiro, onde durante muitos anos esteve exposto à admiração pública. E o Monarca isentou também a sua lancha do pagamento dos direitos do pescado (em Dezembro de 1808), passando a receber, quando tais privilégios foram extintos (Abril de 1825), uma pensão anual de 100\$000. Como sobrevivência desta pensão, ainda em 1845 sua filha Maria Teresa recebia 90\$000 anuais.

Manuel Martins Garrocho, considerado em toda a sua vida como um dos homens bons de Olhão, foi Vereador da segunda Câmara Municipal da sua terra natal (1827-1828). Morreu, vitimado pela cólera-mórbus, em 28 de Julho de 1833, sucedendo-lhe seu filho primogénito, do mesmo nome, no cargo de *Guarda-Mór de Saúde* do Porto de Olhão. Está sepultado na capelinha de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos, na fachada posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da terra onde nasceu.

A Câmara Municipal de Olhão deu, em 1923, o nome de Manuel Martins Garrocho a uma Rua da Vila.

GÉMEO, António Pereira

António Pereira Gémeo nasceu em Olhão, onde sempre» viveu e onde se dedicava à pesca. Notabilizou-se principalmente por ter sido um dos tripulantes do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil; e pouco mais se sabe da sua vida, ignorando-se quando nasceu e supondo-se que terá falecido cerca de 1826.

Em recompensa da participação na viagem do *Bom Sucesso*, D. João VI nomeou-o *Guardião da Armada* (actualmente Sargento de Manobra) e proprietário do *ofício de Escrivão da Siza* em Olhão (documento de 19 de Novembro de 1808), este último com sobrevivência para seu filho Manuel Pereira, a quem, com efeito,

foi passada carta de serventia vitalícia do mesmo ofício em 20 de Setembro de 1826 e dada posse em 20 de Setembro de 1827. O Monarca concedeu-lhe ainda a mercê de isenção do pagamento dos direitos do pescado para a lancha daquele seu filho e este, extintos tais privilégios, passou a receber em troca uma pensão anual de 100\$000.

GOMES, Cristóvão

Cristóvão Gomes foi um mareante olhanense de cuja vida hoje apenas se sabe que em 1807 exerceu as funções de Juiz do Compromisso Marítimo e, nesse mesmo ano, residia na Rua de Santo António, com sua mulher, a também olhanense Luísa Gonçalves.

Quando, em Junho de 1808, eclodiu em Olhão a revolta contra os franceses, Cristóvão Gomes foi na sua embarcação à Isla Cristina, levar João Gomes Pincho, este encarregado pelo chefe dos revoltosos de pedir auxílio e armas à esquadra inglesa, ali fundeada, Pincho encontrou, naquele porto espanhol, o taviense Sebastião Martins Mestre, que lá fora com o mesmo objectivo; e não tendo atingido o objectivo desejado, Cristóvão Gomes conduziu então os dois à cidade de Ayamonte, cuja Junta Governativa lhes concedeu 130 espingardas. Estas foram depois conduzidas por Cristóvão Gomes para Olhão, onde foram imensamente úteis aos revoltosos.

GONÇALVES, João

Marítimo natural de Olhão, que se distinguiu principalmente na revolta dos olhanenses contra os franceses, em 1808, organizando e comandando um numeroso grupo de homens do mar que, logo no dia 16 de Junho, ao eclodir a mesma revolta, ocupou os pontos da povoação mais vulneráveis aos possíveis ataques do inimigo e manteve a sua defesa até o perigo ter passado. Além da sua heróica actuação em

tais acontecimentos, pouco mais se sabe da vida de João Gonçalves e da sua família. Apenas conseguimos apurar que já, em 1798, ele dera grandes provas de valentia em luta contra piratas franceses, a bordo do navio corsário Leão; e que, por este facto, lhe fora até concedida, em 21 de Julho do mesmo ano, a patente de *Sargento de Mar e Guerra*.

Em 1809, e depois em 1810, baseando-se na sua actuação durante a revolta contra os franceses, João Gonçalves requereu a sua promoção a Segundo Tenente da Armada, mas não se sabe se chegou a ser promovido.

GOUVEIA, António de

António de Gouveia, mareante ou marítimo natural de Olhão, foi mais conhecido na sua terra natal, pelo menos nos últimos anos da sua longa vida, pela alcunha popular de Pai-Avô. Poucos pormenores da sua vida se conhecem hoje, mas sabe-se que foi uma das mais prestigiosas figuras olhanenses do seu tempo.

Juiz do Compromisso Marítimo de Olhão por várias vezes e durante vários anos, à sua iniciativa e ao seu trabalho se ficou devendo a construção do magnífico edifício próprio dessa instituição, em frente da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, como consta da lápida de mármore inaugurada em 1771 e que ali se vê ainda hoje. E em 1808, apesar de então a sua idade já ir muito avançada, tomou parte activa na revolta contra os franceses, entrando no combate dos olhanenses contra as tropas invasoras junto da Ponte de Quelfes, em 18 de Junho daquele ano, e também no que se lhe seguiu, no mesmo dia, próximo do sítio da Meia-Légua.

António de Gouveia foi morto exactamente durante aquele último combate próximo da Meia-Légua, dizendo-se depois que o matara o Capitão-Mór de Faro, Fernando José Moreira Osório Pereira de Carvalho, que ali acorrera, em auxílio das tropas francesas, acompanhado de outros farenses. A viúva do heróico olhanense, depois de expulsos os franceses ainda apresentou queixa, em Faro, contra o Capitão-Mór, que chegou por isso a estar preso, mas nada se provou contra ele.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

A morte de António de Gouveia foi muito sentida em Olhão, não só por ser pessoa ali muito estimada e prestigiada e ter dado bastantes provas de valentia durante toda a insurreição contra os invasores, mas também por ter sido o único olhanense que morreu durante e em consequência da mesma insurreição. No seu funeral, efectuado no dia 19 de Junho, incorporou-se praticamente toda a população olhanense, e o próprio Juiz de Fora da cidade de Faro deslocou-se a Olhão para nele tomar parte.

A alcunha de Pai Avô ficou, pelos actos daquele a quem fora posta, tão nobilitada aos olhos dos olhanenses, que alguns descendentes de António de Gouveia passaram a usá-la, e como apelido de família chegou praticamente aos nossos dias. Nas actas das reuniões das primeiras Câmaras Municipais de Olhão, aparece-nos bastantes vezes o apelido de Pai Avô entre os dos Vereadores e até entre os dos Procuradores do Povo.

GUARCIA, José

José Guarcia era um oficial de milícias, reformado no posto de major, que em 1808 residia na Rua de Santana, em Olhão, onde então gozava de grande prestígio, não apenas pelo seu posto, mas sobretudo pela sua já então muito avançada idade.

Da vida deste herói, anterior e posterior àquele ano, nada hoje se sabe, ignorando-se quando nasceu e quando morreu e quem era a sua família. Mas sabe-se de ciência certa que se evidenciou na luta olhanense contra os franceses, quer como auxiliar directo do chefe da revolta na organização e disciplina da população local, quer no aliciamento desta para a resistência, a todo o custo, aos invasores estrangeiros.

GUSMÃO, Joaquim José

Joaquim José de Gusmão é um dos heróis da revolta olhanense contra os franceses de cuja vida, anterior e posterior a 1808, nada hoje se sabe. Sargento do Batalhão de Caçadores n.º 2, afastado do serviço activo também não se sabe porquê, residia em Olhão com sua família, naquele ano, e organizou ali uma Companhia de

Caçadores, com gente da povoação e dos campos vizinhos, que teve acção preponderante na luta contra os invasores.

Como recompensa da sua acção naquela luta, o Governo da Regência do Algarve reintegrou-o no serviço, promoveu-o a alferes em Julho de 1808, e colocou-o no Regimento de Infantaria 14, em Tavira.

JOSÉ, Bernardo

Bernardo José era um marítimo que nasceu e morreu em Olhão não se sabe quando, e residia, em 1808, na Rua André Pires da mesma aldeia, com sua família.

Da sua vida, só se sabe mais que se evidenciou na luta contra os franceses, ao lado de seu irmão Ricardo José, de quem era sócio na propriedade do barco de pesca com que acorreram à Barra Nova e ali ajudaram a aprisionar os militares franceses da famosa Legião do Meio Dia, que se deslocavam de Tavira para Faro com o espólio do saque feito antes a algumas unidades militares algarvias.

JOSÉ, Ricardo

Ricardo José, irmão do Bernardo José anteriormente referido já, morava com a família, em 1808, no Campo da Feira, em Olhão, sua terra natal. Dele igualmente nada mais se sabe, a não ser que se evidenciou na luta contra os franceses, naquele ano, ao lado de seu irmão e co-proprietário do barco com que ambos entraram na façanha da captura dos oficiais e soldados da Legião do Meio Dia, junto da Barra Nova.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

LOPES, João Domingos

João Domingos Lopes, marítimo natural de Olhão, notabilizou-se principalmente por ter feito parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil. Da sua vida, porém, pouco se sabe, ignorando-se, mesmo, quando nasceu e quando morreu.

D. João VI, em recompensa da sua participação naquela viagem, concedeu-lhe, em Novembro de 1808, a propriedade do ofício de *Escrivão dos Órfãos* na Vila de Olhão, concessão depois confirmada em Junho de 1826. Em 3 de Julho deste último ano, foi dispensado das habilitações e exame para o desempenho daquele cargo, que passou em seguida a exercer e desempenhou até 1830, ano em que nele lhe sucedeu seu filho Joaquim Tomé dos Reis Lopes.

LOURENÇO, Francisco

Francisco Lourenço, marítimo natural de Olhão, foi um dos tripulantes do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil. Da sua vida, além daquele facto, apenas hoje se sabe que era filho de outro marítimo do mesmo nome e que nasceu em 1794.

D. João VI, em recompensa da sua participação na viagem do *Bom Sucesso*, nomeou-o *Guardião da Armada* (posto equivalente ao actual Sargento de Manobra) e concedeu-lhe, em Outubro de 1808, uma pensão anual de 48\$000. Ignora-se a data da sua morte, mas sabe-se que em 1850 ainda recebia essa pensão.

MARTINS, Pedro

Pedro Martins foi um marítimo, natural de Olhão, onde residia em 1808, na Rua da Alagoa. Da sua vida apenas se sabe que colaborou activamente na preparação e eclosão da revolta contra os franceses, tendo estado presente em todos os locais de luta e perigo.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

MENDES, Alfredo Lourenço

Alfredo Lourenço Mendes foi um marítimo, natural de Olhão, onde vivia com sua família em 1808, na Rua da Alagoa. Da sua vida apenas se sabe hoje, de certeza certa, que era oficial de milícias da Companhia de Ordenanças local, e nesta qualidade colaborou activamente na preparação, na eclosão e depois na condução da revolta contra os franceses.

MERCADOR, Joaquim Vaz

Joaquim Vaz Mercador era natural de Olhão, em cujo Bairro do Pelourinho residia em 1808, com sua família. Marítimo de profissão, foi um dos elementos mais activos da revolta dos olhanenses contra os franceses, tendo praticado inúmeros actos de bravura. E nada mais se sabe hoje da sua vida.

MICANO, José Martins

José Martins Micano, marítimo ou mareante, natural de Olhão, exercia as funções de Juiz do Compromisso Marítimo da sua terra natal em 1808, e nessa qualidade tomou parte muito importante na eclosão e execução da revolta contra os franceses, em Junho daquele ano.

Foi este Juiz do Compromisso quem incitou, desde a primeira hora da invasão, os pescadores olhanenses a não aceitarem os invasores (como lhes recomendavam insistentemente as autoridades governamentais e provinciais) e moveu e alimentou o declarado e ostensivo obstrucionismo das autoridades locais aos representantes do exército francês, que obrigou a estabelecer uma guarnição militar estrangeira na aldeia de Olhão logo pouco depois da ocupação do Algarve (Abril de 1808). E foi ainda devido ao seu patriotismo e à sua actividade que exactamente o Compromisso Marítimo de Olhão, mesmo ocupado pelos militares estrangeiros e compelido a dar-lhes aboletamento, se transformou depois no verdadeiro fulcro e no autêntico quartel-general da insurreição.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Desconhecem-se as datas do nascimento e da morte de José Martins Micano, bem como tudo o que se refere à sua vida anterior e posterior ao referido ano de 1808. Mas, no velho bairro olhanense da Barreta existe, há mais de século e meio, uma Rua dos Micanos, que deve ter recebido esse nome por ali residirem então José Martins Micano e os seus familiares, estes que igualmente terão sido elementos activos da revolta contra os franceses.

MOINHO, João do

João do Moinho foi um marítimo olhanense cujo nome chegou à posteridade como sendo o de um dos tripulantes do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil.

Nada hoje se conhece da vida deste heróico olhanense, a não ser que D. João VI, em recompensa da sua participação naquela viagem, o nomeou, logo em 1808, para o cargo de *Guardião da Armada*, equivalente ao actual posto de Sargento de Manobra.

MONTES, João Correia

João Correia Montes, natural de Olhão, onde residia em 1808, no Bairro do Pelourinho, era oficial da Companhia de Ordenanças local, com o posto de alferes. Não se conhece a sua profissão, mas o pouco que dele se sabe leva a crer que não era marítimo. Aliás, a única coisa da sua vida que se sabe de certeza é que, na qualidade de oficial de milícias, tomou parte activa e muito importante na luta contra os invasores franceses.

NINIL, Pedro

Pedro Ninil foi outro marítimo olhanense de cuja vida nada se sabe e cujo nome chegou até nós apenas porque ele era um dos tripulantes do caíque Bom Sucesso, a quando da sua histórica viagem ao Brasil.

Em recompensa da sua participação naquela viagem, D. João VI nomeou Pedro Ninil, logo em 1808, para o posto de *Guardião da Armada*.

NOBRE, Manuel de Oliveira

Manuel de Oliveira Nobre, mareante natural de Olhão, foi o piloto do caíque Bom Sucesso, na sua histórica viagem ao Brasil. Nasceu, ao que se supõe, em 1763; e em 1808, a quando da revolta dos olhanenses contra os franceses, morava na Rua de S. Bartolomeu da sua terra natal e era casado com Clara Maria, também natural de Olhão.

A condução do Bom Sucesso de Olhão ao Rio de Janeiro, que Manuel de Oliveira Nobre efectuou, foi dos feitos mais notáveis registados nos fastos da Marinha Portuguesa, não só pelas pequenas dimensões e fragilidade da embarcação, bem imprópria para tão longa e perigosa travessia, mas igualmente pela ausência de aparelhos e outros meios de navegação, pois guiou-se apenas por um imperfeito e incompleto mapa vulgar e pela observação rudimentar das estrelas, dos ventos e das correntes; e ainda pelas tempestades que teve de suportar e outros contratemplos que teve de vencer, como o encontro com navios inimigos franceses e negreiros de várias nacionalidades, etc. Tendo partido de Olhão em 6 de Julho de 1808, chegou oito dias depois ao Funchal, de cujo porto saiu no dia 16; em 28 de Setembro seguinte entrava no porto do Rio de Janeiro, concluindo assim a mais audaciosa viagem marítima dos tempos modernos. José Agostinho de Macedo, no seu poema *O Novo Argonauta*, refere-se a Manuel de Oliveira Nobre nestes termos: «...o novo herói, o vencedor dos mares / co'as frágeis armas d'um batel pequeno / cuja façanha audaz deixa esquecidos / de Américo e Colombo o nome e os feitos».

Em recompensa da sua actuação na viagem ao Brasil, D. João VI concedeu-lhe logo a patente de Segundo Tenente da Armada e nomeou-o, em 17 de Dezembro de 1808, Capitão do Porto de Olhão, com o ordenado anual de 400\$000, mas estas últimas funções foram depois consideradas meramente honorárias, pelo que nunca chegou a receber quaisquer vencimentos. O Monarca condecorou-o ainda com o hábito da Ordem Militar de Cristo, que lhe dava direito, ao que parece, à tença anual de 200\$000; prometeu-lhe também que seus filhos João e José de Oliveira Nobre seriam providos no posto de Aspirantes de Marinha, promessa que não se sabe se chegou a ser cumprida; e em 3 de Novembro de 1814 isentou-o, ainda, do pagamento dos direitos «em todo o peixe fresco e salgado pescado pela sua lancha». Em 7 de Fevereiro de 1831, porém, tendo-se manifestado contra D. Miguel, foi por este demitido do cargo de Capitão do Porto de Olhão (onde foi substituído pelo miguelista Capitão Manuel Luiz), cargo de que fora ele o primeiro titular, porque para ele fora propositadamente criado. Mas, após a vitória liberal, embora não tivesse sido reintegrado, continuou a ser considerado um dos homens bons da Vila de Olhão, por todos respeitado; por isso, mesmo sem ter exercido qualquer cargo municipal, o seu nome aparece com muita frequência nas actas da Câmara dos anos seguintes, sobretudo nas das reuniões extraordinárias daquela com «o Clero, a Nobreza e o Povo», convocadas para se tomarem deliberações importantes sobre a vida do Município.

Em 1850, com 87 anos de idade, Manuel de Oliveira Nobre recebia uma pensão anual de 87\$000, como tenente reformado do Batalhão Naval. Morreu naquele mesmo ano, a 30 de Junho, e está sepultado na capelinha de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos, na fachada posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Olhão, com outros tripulantes do *Bom Sucesso*, seus companheiros na grande e heróica aventura de que resultou ser o Lugar de Olhão elevado à categoria de Vila. A Câmara Municipal de Olhão deu, em 1923, o nome de Manuel de Oliveira Nobre a uma Rua da sua terra natal.

OLIVEIRA, Manuel de

Manuel de Oliveira foi um marítimo olhanense de cuja vida anterior a 1808 apenas hoje se sabe que era casado com Teresa do Rosário e morava na Rua de S. José, em Olhão. Notabilizou-se principalmente por ter feito parte da tripulação do caíque Bom Sucesso, na sua histórica viagem ao Brasil.

Em recompensa da sua participação na viagem do Bom Sucesso, D. João VI concedeu-lhe a patente de *Segundo Tenente* da Armada e isentou a sua lancha, por decreto de Dezembro de 1808 e alvará de Fevereiro de 1811, do pagamento dos direitos do pescado. Quando tais privilégios foram extintos, em 1824, essa isenção foi substituída por uma tença de 100\$000 anuais.

Durante alguns anos Manuel de Oliveira parece ter sido considerado um dos homens bons de Olhão, pois em 1827 a Câmara Municipal nomeou-o Cobrador das Sizas da Freguesia de Quelfes, em 1829 fez parte da Vereação Municipal e em 1830 desempenhou as funções de Juiz Almotacé. Mas, o facto de, em Janeiro de 1832, ter obtido de D. Miguel a nomeação para o cargo de *Depositário dos Donativos ampliados a Panos de Linho e de Estopa para camisas dos Corpos Militares que actualmente estão em Serviço de Sua Majestade*, parece tê-lo feito cair em desgraça, ao menos temporariamente, pois nas eleições camarárias de Junho de 1834 obteve apenas um voto e não conseguiu ser eleito... No entanto, em Outubro do mesmo ano, ao propor-se para suceder a Manuel Martins Garrocho (Pai) no cargo de Guarda-Mór de Saúde de Olhão, obteve parecer favorável da Câmara Municipal; mas, Manuel Martins Garrocho (Filho) apareceu a impugnar a escolha e conseguiu provimento. Só quando Garrocho (Filho) faleceu em Janeiro de 1836, é que Manuel de Oliveira conseguiu ser nomeado Guarda-Mór de Saúde, ao mesmo tempo que era eleito Vereador Substituto da Câmara Municipal. Entrou no exercício destas últimas funções em 1837, substituindo Manuel Gomes Pincho, que abandonara o cargo de Vereador Efectivo.

Manuel de Oliveira morreu em 31 de Agosto de 1847 e está sepultado na nave da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, de Olhão.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Ó, Joaquim do

Joaquim do Ó foi um marítimo natural de Olhão, que se notabilizou principalmente por ter feito parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil, e por ter sido depois o primeiro Escrivão da Câmara Municipal da sua terra natal. Ignora-se a data do seu nascimento. E da sua vida anterior à viagem ao Brasil, apenas se sabe que, no ano de 1808, em que aquela se efectuou, morava na Rua de Santana e era casado com a também olhanense Madalena Maria.

Diz uma velha tradição olhanense, arraigada sobretudo entre os descendentes de Joaquim do Ó, que este, depois da chegada do *Bom Sucesso* ao Brasil, conduziu as Princesas Reais do Rio de Janeiro para Espanha, confiando-lhe nessa viagem a Rainha Carlota Joaquina um documento de muita importância, que deveria conservar-se secreto; e conta-se até, no anedotário jocoso dos olhanenses, que ele conseguiu subtrair tal documento à curiosidade dos ingleses, que o teriam abordado pelo caminho, deixando cair as calças, que trazia vestidas, sobre os sapatos, num dos quais precisamente o escondera, quando os súbditos britânicos lhe passaram revista. É possível, ou mesmo certo, que tudo isto seja pura lenda; mas, a verdade é que, de todos os tripulantes do *Bom Sucesso*, foi Joaquim do Ó aquele que recebeu mais importantes e mais numerosas mercês régias, parecendo realmente que D. João VI pretendeu retribuir-lhe outros serviços, além da notícia da expulsão dos franceses da terra algarvia.

Com efeito, aquele Monarca não só lhe concedeu, logo em 26 de Novembro de 1808, a patente de *Segundo Tenente* da Armada e a isenção de pagamento dos direitos do pescado para a sua lancha (quando este privilégio acabou, em 2 de Julho de 1824, passou a receber a pensão anual de 100\$000, que subsistiu depois da sua morte, com a condição de ser repartida por seus filhos), como ainda lhe fez mais as seguintes mercês: deu-lhe a propriedade do *ofício* de Escrivão da Câmara Municipal do Concelho de Olhão em 19 de Novembro de 1808 (viria a tomar posse só em 25 de Agosto de 1826, em virtude da Câmara Municipal só ter sido criada em Abril deste ano e instalada naquela data); concedeu-lhe o hábito da Ordem Militar de Cristo, com a tença de 12\$000 anuais, em 15 de Abril de 1809, autorizando-o, em 25 do mesmo mês, a usar as respectivas insígnias, mesmo sem ter professado; nomeou-o Piloto-Mór da Barra de Olhão em 13 de Julho de 1809, com o vencimento anual de 200\$000

(tomou posse em 16 de Abril de 1810), e em 17 de Fevereiro de 1825 concedeu que lhe sucedesse imediatamente naquele cargo seu filho mais velho, com a condição deste repartir pelas irmãs a terça parte do respectivo vencimento; concedeu-lhe, em 10 de Janeiro de 1815, a propriedade do *ofício* de Escrivão de Saúde de Olhão (nomeação que foi confirmada em 2 de Dezembro de 1820); e concedeu-lhe ainda, segundo é tradição entre os seus descendentes, o privilégio de mandar educar os seus filhos no Colégio dos Nobres, do qual, todavia, nunca se aproveitou.

Joaquim do Ó, que foi assim o primeiro Escrivão da Câmara Municipal de Olhão, pretendeu, ao tomar posse desse cargo, auferir vencimento idêntico ao do seu colega da Câmara de Faro (64\$000 anuais), com a alegação de que eram idênticos aos do Juiz de Fora daquela cidade os do Juiz de Fora de Olhão; mas, a Vereação, por falta de receitas, deu-lhe apenas 30\$000, e só mais tarde, em Maio de 1826, passou a vencer 40\$000 por ano. Tendo-se, porém, manifestado contra D. Miguel, foi demitido do cargo em 9 de Julho de 1828, e substituído por um miguelista ferrenho, Joaquim Maria Júdice.

Este heróico olhanense faleceu inesperadamente em 26 de Abril de 1840, na casa que então habitava, na Rua do Forno Novo (hoje Rua Dr. António Baptista Delgado). Foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Soledade (a Igreja Pequena), junto do altar de Nosso Senhor Jesus dos Passos, de que era muito devoto. Cerca de meio século depois, todavia, por ocasião de umas obras no interior daquela Igreja, os seus restos mortais foram trasladados para o cemitério local, entretanto construído, onde presentemente se encontram. Em 1850, sua filha Maria Clara do Ó Pincho, que então tinha 29 anos de idade, recebia do Montepio da Armada a pensão anual de 45\$000, legada por seu pai.

Ó, Lourenço Martins do

Lourenço Martins do Ó foi um marítimo natural de Olhão, onde residia em Olhão, com sua família, na Rua da Alagoa. Nada se sabe da sua vida anterior e posterior àquele ano. Sabe-se, no entanto, e de fonte segura, que se evidenciou na revolta, e em toda a resistência subsequente, do povo da sua terra natal contra

as tropas de Junot, sendo um dos elementos mais activos na defesa de Olhão em Junho e Julho daquele ano de 1808.

Ó, Miguel do

Na sua *Monografia do Concelho de Olhão da Restauração*, Ataíde de Oliveira afirmou que o proprietário do caíque *Bom Sucesso* era o Mestre Manuel Martins Garrocho; e, seguindo-o, ainda hoje há quem o diga e o escreva. A verdade, porém, é que o proprietário do famoso caíque era o olhanense Miguel do Ó, conforme prova um documento, datado de Outubro de 1814 (apenas seis anos depois do acontecimento que imortalizou o nome do *Bom Sucesso*) e assinado pelo primeiro Marquês de Olhão, Presidente da Junta Suprema do Governo da Regência e Capitão-General das Armas do Algarve, que Alberto Iria descobriu no Arquivo Histórico Militar e publicou em anexo ao seu livro *A Invasão de Junot no Algarve*.

Miguel do Ó, natural de Olhão, era um marítimo ou mareante que grangeara alguns meios de fortuna, ao que parece nas carreiras de Gibraltar e Larache, passando em consequência a exercer o mester de armador de barcos de pesca e de cabotagem. Casou com uma senhora fareense de famílias muito distintas, D. Libânia de Macedo e Brito, pelo que em determinada altura transferiu a sua residência para Faro, embora conservando sempre casa própria em Olhão, em cujo porto os seus barcos estiveram também sempre matriculados e onde sempre recrutou as respectivas *companhas* e tripulações. Foi pai do Dr. Miguel de Macedo e Brito, formado em Medicina pela Universidade de Paris e algarvio dos mais ilustres do seu tempo; e tudo leva a crer que era parente muito próximo do Mestre Manuel Martins Garrocho e que este era a *pessoa de sua confiança* e o grande zelador dos seus interesses em Olhão.

Após a expulsão dos franceses do Algarve, em 1808, Miguel do Ó foi escolhido para fazer parte da Junta Suprema do Governo da Regência, estabelecido em Faro, na qualidade de representante do povo, talvez por ser natural de Olhão e nesta povoação haver começado a insurreição contra os invasores, em que ele, aliás, tomou parte muito activa. E quando o mesmo Governo da Regência resolveu



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

enviar ao Brasil um *correio marítimo*, para levar à Corte a notícia da sua constituição e da expulsão dos franceses, ofereceu espontânea e gratuitamente o seu caíque *Bom Sucesso*, matriculado e surto no porto de Olhão, para desempenhar essa arriscada missão.

Imediatamente após a revolta da população farenses contra os invasores, que se verificou alguns dias depois da insurreição dos olhanenses e em consequência desta, Miguel do Ó foi nomeado Capitão-Mór das Ordenanças de Faro, patente que lhe foi confirmada depois, em 6 de Julho de 1814. Em 16 de Julho de 1808 foi mandado pelo Governo da Regência a Gibraltar, com a missão de pedir ao Governo Inglês, por intermédio do Governador daquela praça, um empréstimo de 50.000 libras, destinado às despesas da guerra contra os franceses; esteve lá até Outubro do mesmo ano, sem conseguir o empréstimo, mas entretanto, no mês de Agosto, obteve a cedência de 2.000 espingardas, que mandou para Faro.

Em 1824, D. João VI concedeu-lhe o hábito da Ordem Militar de Cristo, com a respectiva tença, em recompensa da sua actuação durante a revolta dos olhanenses e dos farenses contra os franceses e no Governo da Regência do Algarve. Mas, em 7 de Agosto de 1828, reformaram-no contra a sua vontade no posto de Capitão-Mór das Ordenanças de Faro.

E nada mais se sabe hoje da vida deste olhanense, cujo nome ficou para sempre ligado aos factos mais notáveis da história da sua terra natal.

PALMA, António dos Santos

António Santos Palma foi um marítimo olhanense que se distinguiu por fazer parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil.

Da vida deste filho de Olhão apenas se sabe hoje que D. João VI, em recompensa da sua participação naquela viagem, o nomeou *Guardião da Armada*, ou seja Sargento de Manobra, em 24 de Novembro de 1808, e lhe concedeu a tença anual de 250\$000.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

PIRES, José

José Pires foi outro marítimo natural de Olhão que se notabilizou por ter feito parte da tripulação do caíque Bom Sucesso, na sua histórica viagem ao Brasil. Da sua vida praticamente apenas se sabe hoje que foi casado com Maria da Costa e faleceu em 1830 ou 1831. Em 1941 ainda vivia em Olhão um seu neto, já octogenário, chamado Domingos Pires Calhau.

Em recompensa da sua participação na viagem do Bom Sucesso, D. João VI nomeou-o Guardião da Armada, isentando a sua lancha, em 27 de Dezembro de 1808, do pagamento dos direitos do pescado; e quando estes privilégios foram extintos, passou a receber uma tença anual de 100\$000. Em 29 de Abril de 1831 foi concedida à sua viúva uma pensão de 50\$000 anuais.

PEREIRA, José Martins

José Martins Pereira, antigo oficial de milícias e capitão da Companhia de Ordenanças de Olhão, que vivia nesta vila, na Rua dos Mercadores, em 1808 e de cuja vida, anterior e posterior àquele ano, nada mais se sabe, a não ser que também naquele ano cooperou activa e eficientemente na revolta contra as tropas francesas, praticando actos de heroísmo.

PESTANA, Manuel Lopes

Manuel Lopes Pestana foi um marítimo natural de Olhão, que se evidenciou na revolta do povo olhanense contra os franceses, em 1808. Por isso e em recompensa da sua actuação, foi nomeado, em 27 de Julho daquele ano, para o cargo de *Escrivão da Vintena*, em substituição de Tomé Pedro, este demitido sob a acusação de haver colaborado com os invasores na cobrança dos impostos por eles exigidos.

PRAZERES, José dos

José dos Prazeres foi um oficial de milícias, capitão de Ordenanças, que em 1808 residia em Olhão e tomou parte muito activa no levantamento do povo olhanense contra os franceses, em 16 de Junho daquele ano. Depois, colaborou decisivamente na defesa da povoação e esteve nos combates da Ponte de Quelfes e da Meia-Légua. Nada mais se sabe, porém, da sua vida anterior e posterior àqueles factos.

RIBEIRO, Joaquim

Joaquim Ribeiro foi um mareante ou marítimo natural de Olhão, de cuja vida anterior a 1808 apenas se sabe hoje que era casado com Rosa Maria e residia na Rua Marques Fernandes, naquela vila. Notabilizou-se por haver tomado parte activa na revolta do povo olhanense contra os franceses, naquele ano, e ter feito parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua histórica viagem ao Brasil.

Era Joaquim Ribeiro um dos paisanos que o capitão francês Gaviel encontrou entre as guardas-avançadas dos olhanenses, no Sítio da Meia-Légua, na manhã do dia 19 de Junho de 1808, e que, com as suas respostas ambíguas e hábeis, devem ter ajudado a convencer o mesmo oficial de que os ingleses, da esquadra que pairava ao largo da costa, já tinham desembarcado para ajudar os insurrectos, convencimento este que muito terá contribuído para o êxito do levantamento do povo de Olhão contra os invasores.

D. João VI, em recompensa da actuação de Joaquim Ribeiro naqueles acontecimentos, concedeu-lhe a patente de *Segundo Tenente* da Armada, isentando a sua lancha, em 27 de Dezembro de 1808, de pegar os direitos do pescado, e quando este privilégio foi extinto, em 1824, foi-lhe concedida em troca a tença anual de 100\$000. Também foi nomeado Escrivão do Porto de Olhão, funções estas depois consideradas meramente honorárias e sem direito a qualquer remuneração.

Joaquim Ribeiro, depois da sua ida ao Brasil, passou a usar o nome de Joaquim do Ó Ribeiro, sendo crença generalizada entre os seus descendentes — que viriam a constituir algumas das famílias olhanenses mais distintas pelos méritos dos seus

componentes — que o uso do apelido do Ó fora mercê de D. João VI, sendo aquele O o da medalha com que o Monarca galardoou então o povo de Olhão pela sua patriótica acção na expulsão dos franceses. Ainda hoje alguns ramos da sua descendência usam aquele apelido.

Este heróico olhanense morreu, vitimado pela epidemia de cólera-morbus, em 30 de Julho de 1833. Está sepultado na capelinha de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos, na fachada posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Olhão.

ROSA, João da

João da Rosa era natural de Olhão, onde residia em 1808, no Bairro do Pelourinho ou da Cadeia, com sua mulher Ana Maria, também olhanense. Naquele ano desempenhava as funções de Escrivão do Compromisso Marítimo; e em 1826 desempenhou igualmente, acumulando com aquele cargo, as de Escrivão do Judicial, tendo sido, assim, também o primeiro Escrivão dos Tribunais Olhanenses.

Este olhanense notabilizou-se pela acção que teve na revolta dos seus conterrâneos contra os franceses, no referido ano de 1808. E por ter escrito uma memória dos acontecimentos verificados em Olhão e arredores nos dias 12 a 19 de Junho daquele ano, a qual se encontra tombada nos livros do Compromisso Marítimo de Olhão e constitui uma das principais, se não a principal ou mesmo única fonte de informação histórica sobre os mesmos acontecimentos, memória que foi publicada pela primeira vez em 1941 por Alberto Iria, em anexo ao seu trabalho *A Invasão de Junot no Algarve*. Note-se ainda que foi João da Rosa quem, no dia 12 de Junho de 1808, ao ornamentar, para a Festa de Santo António, o altar privativo do Compromisso Marítimo na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (o altar de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal, onde já então se encontrava a imagem de Santo António, que ainda hoje lá se vê), descobriu as Armas Reais portuguesas, que encimavam o mesmo altar e estavam tapadas por ordem dos comandos franceses, gesto que deu início à revolta do povo olhanense contra os invasores.

E é tudo quanto hoje se sabe ao certo da vida deste olhanense, que foi o grande protagonista e o eloquente narrador da mais bela página da história do povo



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

olhanense, aquela precisamente que passou, em letras de oiro, para as páginas da História de Portugal.

ROSÁRIO, João

João Rosário foi um oficial de milícias, com o posto de tenente de Ordenanças, que vivia em Olhão, com sua família, na Rua de S. Bartolomeu. Da sua vida apenas se sabe com certeza certa que, em 1808, tomou parte muito activa na revolta do povo olhanense contra os franceses, ajudando na defesa da povoação e tomando parte nos vários recontros com os inimigos.

SANTOS, Joaquim Sotero dos

Joaquim Sotero dos Santos, cuja profissão hoje se ignora, bem como praticamente tudo o que se refere à sua vida anterior ao ano de 1808, residia neste ano no Bairro do Pelourinho, em Olhão, com sua família. Foi um dos grandes entusiastas da revolta contra as tropas francesas, naquele mesmo ano, tendo colaborado activa e denodadamente na defesa da povoação, e depois, no próprio levantamento de outros povos algarvios contra os invasores.

Em recompensa dos serviços prestados na luta contra os franceses foi, em 1825, nomeado *Escrivão do Geral e Almotacerias* da Vila de Olhão. Mais tarde, em Julho de 1826, foi nomeado *Escrivão da Correição da Comarca* de Lagos e transferido para esta cidade.

SOUSA, Domingos de

Domingos de Sousa foi um marítimo, natural de Olhão, cujo nome chegou à posteridade apenas como o de um dos tripulantes do caíque Bom Sucesso, na sua histórica viagem ao Brasil.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Da vida deste heróico olhanense apenas se sabe hoje que D. João VI, em recompensa da sua participação naquela viagem, o nomeou *Guardião da Armada*, logo em 1808.

VASCONCELOS, João de

João de Vasconcelos foi um oficial de milícias, com o posto de alferes de Ordenanças, que em 1808 morava na Rua de Santana, em Olhão, e de cuja vida nada se sabe hoje, a não ser que, naquele mesmo ano, tomou parte muito activa na revolta do povo olhanense contra os franceses, tendo estado não só na defesa da povoação, mas também nos recontros com as tropas de Junot, junto da ponte de Quelfes e à Meia-légua.

VICENTE, Manuel

Manuel Vicente era cirurgião e morava em Olhão, na Rua Capitão Lourenço, onde exercia a sua clínica. Em 1808, foi um dos olhanenses que mais se evidenciaram no seguimento da revolta contra as tropas francesas, pois colaborou activa e diligentemente quer na construção das defesas da povoação e no aliciamento de adeptos, quer principalmente na assistência permanente e eficiente que prestou aos combatentes, durante toda a insurreição. E além desta sua notável actividade em momentos de emergência, nada mais se sabe hoje da vida deste herói da luta contra os franceses.

VIEGAS, Joaquim

Joaquim Viegas foi um marítimo natural de Olhão, que se evidenciou por ter sido um dos mais activos e decididos elementos da revolta dos olhanenses contra os franceses, em Junho de 1808, durante a qual praticou feitos de verdadeiro heroísmo. Em 27 de Julho desse mesmo ano foi nomeado, pela Câmara Municipal de Faro, mas

por imposição do povo olhanense, para o cargo de *Juiz de Vintena* do Lugar de Olhão, em substituição de José de Mendonça. Fora o caso que este José de Mendonça, ao ser dado um falso alarme de ataque dos franceses a Olhão, no dia 22 daquele mesmo mês, fugira para a Fuzeta, abandonando o cargo e os seus conterrâneos, só regressando depois de passado o perigo; o que levava o povo olhanense, amotinado, a exigir do Governo da Regência do Algarve a demissão do fugitivo, sob a acusação de ter sido, no seu cargo, um fiel executor das ordens de Maurin, na arrecadação dos impostos exigidos pelos invasores.

Hoje ignoram-se quaisquer outros pormenores da vida de Joaquim Viegas. Mas, sabe-se que em recompensa dos serviços que prestou durante a revolta do povo olhanense, foi mais tarde concedida à sua viúva, Rosa Maria, e a sua filha Ana Joaquina, com sobrevivência de uma outra, a *tença* efectiva de 40\$000 anuais. Em 1850, aquela sua filha, então com 58 anos de idade, ainda recebia a pensão.

VIEGAS, Manuel

Manuel Viegas foi um marítimo olhanense que fez parte da tripulação do caíque *Bom Sucesso*, na sua viagem ao Brasil, em 1808, para levar à Corte a notícia da expulsão dos franceses do Algarve. E nada mais do que isto hoje se sabe, de certeza certa, sobre a vida deste olhanense.

Em livros antigos do Arquivo do Cartório Paroquial de Nossa Senhora do Rosário de Olhão, o nome de Manuel Viegas aparece algumas vezes antecedido da designação de tenente e apenas isso levou já alguém a dizer que o Príncipe Regente, futuro D. João VI, lhe conferiu a patente de 2.⁹ Tenente da Armada, como o fez a alguns outros tripulantes; mas, nenhuma outra fonte mais fidedigna confirma tal concessão e tal patente. Aliás, ele podia muito bem ser apenas tenente de milícias da Companhia de Ordenanças de Olhão, como o foram outros marítimos olhanenses, antes e depois dele...

Observe-se ainda que Manuel Viegas não figura nas listas dos tripulantes conhecidos do *Bom Sucesso* já publicadas, inclusive nas insertas em trabalhos nossos anteriores



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

ao presente. É que a descoberta do seu nome como sendo o de um tripulante do famoso caíque é posterior à elaboração e publicação daqueles trabalhos.

Fontes

Para elaborar os pequenos *apontamentos biográficos* que antecedem, utilizámos elementos recolhidos na leitura dos seguintes trabalhos impressos:

AGUILAR (Júlio d')

Os Algarves e a Expulsão dos Franceses, in *Eu sei Tudo*, nº de Junho, Lisboa – 1946.

IRIA (Alberto)

Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca «Bom Sucesso» em 1808, Lisboa – 1936; *A Invasão de Junot no Algarve*, Lisboa – 1941; *A Chegada ao Brasil do Caíque de Olhão em 1808 in A Voz de Olhão*, nº de 15 Setembro e s.s., Olhão – 1983.

NOBRE (Antero)

Gente grada da Vila de Olhão e seu termo, in *Povo algarvio*, nº de 15 Fevereiro e s.s. Tavira – 1968; *A Grande Aventura dos Tripulantes do «Bom Sucesso»*, in *A Voz de Olhão*, nº 19 Outubro e s.s., Olhão – 1980.

OLIVEIRA (Ataíde de)

Monografia do Concelho de Olhão da Restauração, Porto – 1906.

RODRIGUES (JORGE)

Pescadores e contrabandistas de D. João VI, in *Eu sei Tudo*, nº de Outubro, Rio de Janeiro – 1956.

E ainda em elementos recolhidos na leitura dos seguintes documentos manuscritos:

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Lisboa)

Registos Paroquiais de Olhão, baptismos, casamentos e óbitos dos anos de 1720 a 1788.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

ARQUIVO DISTRITAL (Faro)

Livro de Registo de Previlégios, Alvarás, Provisões e outros quaisquer documentos (...) do Compromisso Marítimo do Lugar de Olhão, ano de 1767 e s.s.; Livro de Matrícula dos Pescadores e seus Filhos, no Compromisso Marítimo de Olhão, s/ data de início, contendo a matrícula de indivíduos nascidos a partir de meados do séc. XVIII e no séc. XIX; Livro de eleições da Casa do Compromisso Marítimo de Olhão, anos de 1811 a 1854.

ARQUIVO MUNICIPAL(Olhão)

Actas da Câmara Municipal de Olhão, anos de 1826 a 1848.

ARQUIVO DO ANTIGO CARTÓRIO PAROQUIAL (Olhão)

Rol de Confessados, anos de 1807 e 1808.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008